

Comparação do Desempenho Econômico e Financeiro entre Instituições Bancárias Privadas e Públicas Listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3

Cassiano Groff Andrade

Bacharel em Ciências Contábeis
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
e-mail: cgrooff@gmail.com

Ângela Rozane Leal de Souza

Doutora em Agronegócios
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
e-mail: angela.souza@ufrgs.br

Alice Munz Fernandes

Mestre em Administração
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
e-mail: alicemunz@gmail.com

Letícia de Oliveira

Doutora em Agronegócios
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
e-mail: leticiaoliveira@ufrgs.br

Área Temática: Iniciação Científica

RESUMO

A análise de demonstrações financeiras é realizada por meio do estudo dos indicadores econômicos e financeiros das organizações, inclusive daquelas que se destacam por suas ações de Responsabilidade Social Empresarial. Diante do exposto, o objetivo da investigação realizada consistiu em comparar os indicadores econômicos e financeiros das instituições bancárias públicas e privadas, participantes da carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) no período de 2014 a 2018. Para tanto, empregou-se uma pesquisa qualitativa e descritiva, utilizando como fonte de dados as demonstrações econômicas e financeiras das instituições, divulgadas publicamente pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A partir de uma análise estatística univariada, empregando medidas de tendência central e de variabilidade, foram comparados os indicadores relativos à capital e risco, liquidez e rentabilidade. Os resultados obtidos demonstraram que, apesar dos indicadores serem favoráveis tanto às instituições do setor público, quanto do setor privado, mesmo durante o período de crise financeira, estes apresentam maior desempenho em relação as empresas privadas. Deste modo, as contribuições do estudo referem-se a maximização do entendimento acerca do comportamento dos indicadores econômicos e financeiros, de modo que a pesquisa realizada demonstra-se pertinente à área do conhecimento à qual integra, uma vez que aspectos concernentes à Responsabilidade Social adquirem cada vez mais relevância e notoriedade nas práticas contemporâneas de gestão.

Palavras-chave: Análise de Indicadores. Demonstrações Econômicas e Financeiras. Responsabilidade Social Empresarial.

1 INTRODUÇÃO

O processo de privatização de empresas estatais ocorreu de maneira acentuada no mundo ocidental no final do século XX, visando tanto uma reestruturação da intervenção estatal na economia quanto a adoção de práticas difundidas pelos países desenvolvidos (GUERRA; FERRAZ NETTO, 1991). Para Werneck (1989), o argumento favorável ao processo se refere a difundida premissa de que este promove a eficiência econômica, pois a propriedade é privada e não pública.

Por sua vez, Chan, Silva e Martins (2007) destacam que a suposta ineficiência atribuída às estatais é reflexo do fato destas não disporem da mesma clareza de objetivos que as empresas privadas. Logo, os impactos das privatizações nas demonstrações contábeis de organizações de diferentes setores foram objeto de estudos comparativos considerando a situação destas antes e após a aquisição pela iniciativa privada (ANUATTI-NETO et al., 2005). A maioria destas investigações sugerem uma melhoria de eficiência e de resultado das antigas estatais. Todavia, não se pode inferir que o fenômeno é resultado exclusivo da privatização, haja vista que esta foi acompanhada de uma série de reformas (CHAN; CORRAR; MARTINS, 2003).

De acordo com Assaf Neto (2015), a análise de balanços deve ser elaborada tendo como base as demonstrações financeiras das empresas, cujo objetivo consiste em fornecer informações acerca do desempenho econômico e financeiro da entidade. Para Matarazzo (2010), a técnica do uso de indicadores é a mais empregada para a análise de balanços, sendo o indicador uma relação entre contas ou conjuntos de contas contábeis que demonstram a situação econômica e financeira da empresa.

Assaf Neto (2015) ressalta ainda que por se tratar de uma análise comparativa, a análise de indicadores não pode ser feita de maneira isolada, pois, desta forma não traria informações suficientes para a correta conclusão da posição econômica e financeira de uma empresa. O autor também destaca a importância de conhecer o setor, características do negócio e práticas das demonstrações contábeis da empresa onde a análise será realizada.

Para Lins e Wajnberg (2007), o impacto socioambiental das instituições financeiras é indireto, pois não há atividade direta de extração ou produção de manufaturas, ou seja, seu impacto se dá pelo financiamento dos clientes e gestão de fornecedores. Os autores ainda afirmam que as instituições não executam as mudanças de comportamento, mas instigam tais modificações aos seus *stakeholders*.

A empresa, para ser responsável socialmente, também deve gerir questões como a liberdade de associação dos colaboradores, segurança no trabalho, não utilização de mão de obra infantil, respeito às negociações coletivas, não discriminação de seus funcionários e limitação de carga horária (STEFANO; NEVES; BUENO, 2003). Sob esse aspecto, na Responsabilidade Social Empresarial (RSE) se insere as estratégias pensadas de forma sistêmica e integrativa direcionadas às necessidades sociais, garantindo além da satisfação de seus consumidores, o bem estar da sociedade. Portanto, deve-se considerar a responsabilidade social da empresa enquanto agente econômico e social (TOLDO, 2002; NEHME, 2009).

Sob o enfoque bancário, em julho de 2002 foi criada pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), a Comissão de Responsabilidade Social e Sustentabilidade, cujo objetivo consiste em promover conformidade das instituições financeiras acerca dos princípios do *Global Report Initiative* (GRI). Além do papel promocional do GRI, a comissão visa desenvolver e implementar políticas de investimento social da FEBRABAN e contribuir para que a Federação informe à sociedade a contribuição do sistema financeiro para o desenvolvimento econômico e socioambiental do país (FEBRABAN, 2019).

Neste cenário, em 2005 a B3 criou o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) a fim de conciliar as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade com o ambiente de investimento, cuja missão consiste em apoiar decisões de investimentos socialmente responsável. Para Marcondes e Bacarj (2010), as empresas que aderem à uma postura socialmente responsável possivelmente possuem acesso facilitado à crédito, melhoria do clima organizacional, fidelização dos consumidores, bem como, atraem e retém talentos.

Destarte, o trabalho realizado foi norteado pela seguinte questão problema: como se comportaram os indicadores relativos à capital e risco, liquidez e rentabilidade das instituições financeiras públicas e privadas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3, no período de 2014 a 2018? Desta maneira, a pesquisa teve como objetivo comparar o comportamento dos indicadores concernentes à capital e risco, liquidez e rentabilidade das instituições financeiras públicas e privadas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3, no período de 2014 a 2018.

Como justificativa para a circunscrição deste estudo, tem-se que os indicadores econômicos e financeiros de instituições públicas e privadas nem sempre são uniformes (BREITENBACH; ALVEZ; DIEHL, 2010), de modo que compará-los pode maximizar o entendimento acerca do contributo da natureza de uma organização sobre sua própria realidade financeira. Ademais, tem-se que aspectos concernentes à Responsabilidade Social adquirem cada vez mais relevância e notoriedade nas práticas contemporâneas de gestão, de maneira que o ISE configura-se como um critério em conformidade para a delimitação dos elementos analisados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ÍNDICES DE DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Segundo Iudícibus (2013), os indicadores de desempenho econômico e financeiro são desenvolvidos pela análise das demonstrações contábeis e intentam transformar os números em informações que revelam os pormenores da situação econômica e financeira das organizações. Logo, tais indicadores fornecem informações que subsidiam a tomada de decisão (MATARAZZO, 2010).

Estes indicadores funcionam como instrumentos básicos de análise que demonstram os aspectos econômicos e financeiros de uma empresa. Assim, podem ser divididos em índices de liquidez e índices de estrutura de capital, cujos principais aspectos contemplados estão expostos no Quadro 1 (MATARAZZO, 2010).

Quadro 1 – Aspectos dos indicadores econômicos e financeiros

Situação Financeira	Índices de Capital e Risco
	Índices de Liquidez
Situação Econômica	Índices de Rentabilidade

Fonte: Adaptado de Assaf Neto (2015).

Em sentido semelhante, Assaf Neto (2015) destaca a importância dos indicadores, haja vista que estes demonstram a tendência de desempenho, apontando pontos que requerem maior atenção das instituições, ou seja, demonstram suas forças e fraquezas.

2.1.1 Indicadores de Desempenho Financeiro

De acordo com Assaf Neto (2015), a análise financeira de uma organização é observada por meio de indicadores que possibilitam a avaliação da situação mediante a capacidade desta de cumprir seus compromissos de curto e longo prazo, expressa por meio dos indicadores de liquidez. Por sua vez, os indicadores de estrutura de capital e risco mostram a cobertura de possíveis perdas que a instituição financeira possui em seu capital próprio (ASSAF NETO, 2015).

A atividade bancária é passível de excessiva regulamentação e sensível a diversos fatores inerentes ao seu ambiente externo, tais como política monetária e taxas de juros praticadas domesticamente e a nível internacional (LINS; WAJNBERG, 2007). O capital próprio mantido em uma instituição financeira tem relação de dependência com o risco assumido pela organização, de modo que, conceitualmente, este deve ser suficiente para suprir perdas ocorridas pela atividade bancária. Assim, para analisar esta situação, tem-se os índices de capital e risco apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 – Principais índices de capital e risco

Índice	Fórmula	Significado
Independência Financeira	$\frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo Total}}$	Mostra em porcentagem a relação do Patrimônio Líquido ao total do Ativo
<i>Leverage</i>	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	Evidencia a alavancagem da instituição, quantas o Ativo Total é maior que o Patrimônio Líquido
Relação Capital/Depósitos	$\frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Depósitos (Passivo)}}$	Demonstra a proporção entre o capital próprio e os depósitos feitos na instituição pelos seus correntistas

Fonte: elaborado pelos autores a partir de Iudícibus (2013) e Assaf Neto (2015).

Cabe ressaltar, que apesar da importância dos índices mencionados no Quadro 2, “é preciso ter-se em conta que seus resultados não avaliam o risco operacional (ativos) dos bancos” (ASSAF NETO, 2015, p. 337). Por sua vez, os índices de liquidez têm por objetivo evidenciar a capacidade da entidade em honrar seus compromissos, a curto ou a longo prazo. Contudo, estes índices são passíveis de variação de acordo com o porte do empreendimento, natureza do seu objeto ou ainda com as práticas de gestão (IUDÍCIBUS, 2013).

Conquanto, mesmo assim, procura-se sempre ter o maior quociente possível em todos os índices. O Quadro 3 descreve os indicadores de liquidez e seu significado sobre a solvência das entidades.

Quadro 3 – Principais índices de liquidez

Índice	Fórmula	Significado
Encaixe Financeiro Voluntário	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Depósitos a Vista}}$	Indica se o banco tem capacidade de cobrir saques dos depósitos a vista
Índice Empréstimos / Depósitos	$\frac{\text{Operações de Crédito}}{\text{Passivo Circulante}}$	Mostra em porcentagem a relação do crédito concedido aos depósitos recebidos
Participação dos Empréstimos	$\frac{\text{Operações de Crédito}}{\text{Ativo Total}}$	Este indicador avalia qual o percentual do Ativo Total do banco está aplicado em operações de créditos

Fonte: elaborado pelos autores a partir de Iudícibus (2013) e Assaf Neto (2015).

Salienta-se que no segmento relativo às instituições financeira existe uma dificuldade em encontrar o índice ideal de cada instituição, pois a liquidez adequada de um banco é relativa. Deste modo, existe também uma dependência de características particulares, como maturidade, qualidade e possibilidade de negociar seu patrimônio (ASSAF NETO, 2015).

2.1.2 Indicadores de Desempenho Econômico

Padoveze e Benedicto (2010) reforçam a importância dos indicadores para demonstrar o êxito econômico da empresa, usando para comparação, o capital investido nelas, seu capital próprio e sua receita. Os índices de rentabilidade demonstram o desempenho ou lucratividade quando comparada com seu patrimônio, ativo ou vendas.

Logo, os índices de rentabilidade revelam, através de quocientes, se o desempenho da empresa foi satisfatório em determinado período. Para estes serem analisados de maneira correta, devem-se utilizar conceitos que melhor se relacionam com o objeto da análise. Por exemplo, para calcular o retorno sobre o ativo operacional deve-se utilizar o lucro operacional e não o lucro líquido como numerador (IUDÍCIBUS, 2013).

Os índices de rentabilidade apresentados no Quadro 4, mostram a situação econômica, relacionando o resultado da entidade com seu investimento total, patrimônio líquido e faturamento.

Quadro 4 – Principais índices de rentabilidade

Índice	Fórmula	Significado
Retorno Sobre o Investimento	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$	Indica o quanto a entidade teve de lucro para cada R\$ 1,00 de investido em seu ativo

Retorno Sobre o Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	Mostra o quanto a entidade auferiu de lucro líquido para cada R\$ 1,00 investido de capital próprio
Margem Líquida	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita de Intermediação Financeira}}$	Revela qual foi o lucro obtido para cada R\$ 1,00 de Receita de Intermediação Financeira

Fonte: elaborado pelos autores a partir de Iudícibus (2013) e Assaf Neto (2015).

Os índices de rentabilidade têm por objeto demonstrar o retorno dos investimentos realizados pela entidade e identificar os componentes que refletem este resultado. Assim, demonstram a capacidade de obtenção do lucro em relação ao capital investido, tanto o capital próprio quanto o capital de terceiros (PADOVEZE; BENEDICTO, 2011).

2.2 ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE)

No Século XX surgiu a discussão acerca da definição dos papéis e contributos das empresas frente às sociedades, indo além da busca exclusiva pelo lucro. Neste sentido, emergiram conceitos concernentes a responsabilidade social empresarial. Em meio a uma diversidade de definições, tem-se o conceito amplamente aceito e difundido de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), entendido como sendo a integração da empresa com os aspectos sociais e ambientais. Assim, suas operações e estratégias corporativas levam em consideração elementos econômicos, filantrópicos, éticos, legais, ambientais e voluntariedade (CRISÓSTOMO; FREIRE; SOARES, 2012).

Tinoco e Kraemer (2011, p. 248) reforçam em seus estudos, a importância de se analisar indicadores relativos ao desempenho versus a Responsabilidade Social Corporativa das empresas. Segundo os autores “a apresentação de indicadores de desempenho ambiental é importante no processo de fornecer informações ao público externo [...] os quais permitem sintetizar informações quantitativas e qualitativas relativas a seu desempenho ambiental”.

No Brasil, os esforços e incentivos direcionados às práticas de sustentabilidade e responsabilidade social empresarial ganharam destaque em 2005, sendo a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA) um de seus principais órgãos fomentadores (ANDRADE et al., 2013). Assim, tem-se “a criação do Índice de Sustentabilidade Empresarial, que visa reunir as organizações com destaque em governança corporativa, responsabilidade social e sustentabilidade” (GUIMARÃES, 2013, p. viii).

Destarte, o ISE foi a quarta carteira de investimento voltada para empresas que apresentam práticas de gestão sustentável em todo mundo, cuja atualização mais recente foi divulgada em 29 de novembro de 2018, que conta 28 empresas em 12 setores.

O ISE é uma ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas na B3 sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. Também amplia o entendimento sobre empresas e grupos comprometidos com a sustentabilidade, diferenciando-os em termos de qualidade, nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência e prestação de contas, natureza do produto, além do desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e mudança do clima (ISE, 2019).

Por sua vez, Garcia e Orsato (2013, p. 5) retomam a origem do ISE, afirmando que este foi “originalmente financiado pelo International Finance Corporation (IFC), braço privado do Banco Mundial [...] seu desenho metodológico é de responsabilidade do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces)”. Destarte, comporta empresas de distintos segmentos, incluindo instituições bancárias públicas e privadas.

2.3 INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS NO BRASIL

Os bancos são instituições financeiras que promovem meios de pagamento em uma sociedade e atuam com a intermediação financeira, recebendo recursos e os transferindo com seus ativos para outros beneficiários. Logo, os bancos comerciais são aqueles que oferecem para seus correntistas, serviços de conta corrente, poupança, empréstimos, cartões de crédito, entre outros. Já um banco de investimento tem como objetivo o financiamento de longo prazo para empresas e entes públicos (ASSAF NETO, 2015).

No Brasil, o sistema bancário está integrado ao Sistema Financeiro Nacional (SFN), cuja estrutura foi proposta em 1964 pela Lei nº 4.595/95. Esta Lei extinguiu a Superintendência da Moeda e do Crédito e criou o Conselho Monetário Nacional, dando a este e ao Banco Central, o título de autoridade monetária do país, cabendo-lhes, portanto, a responsabilidade de regulação do mercado financeiro brasileiro (PEREIMA NETO; PAULI, 2008).

Além disso, segundo Pereima Neto e Pauli (2008), segundo tal estrutura, o sistema bancário brasileiro seria composto por bancos comerciais, geralmente privados, que atenderiam as demandas de curto prazo. Já a oferta de crédito de longo prazo aconteceria pelo mercado de capitais ou por um sistema de crédito público, confirmando o papel de financiador da economia.

O Acordo da Basiléia foi fruto de uma tentativa mundial, implementada pelo grupo dos dez países mais desenvolvidos (G-10), cujo objetivo consistia em frear as crises resultantes do excesso de endividamento dos países em desenvolvimento. Para tanto, o acordo pretendia monitorar o sistema financeiro mundial, sendo que no Brasil teve sua implementação em 1995, estabelecendo limites para as instituições financeiras enquadrarem-se aos padrões de solvência mundial (PEREIMA NETO; PAULI, 2008).

Em consonância com o Acordo da Basiléia, o Banco Central, em 1964, editou a Resolução nº. 2.099, que estabelecia limites mínimos de capital para a constituição de um banco, bem como limites adicionais que variavam conforme o grau de risco dos ativos. Consequente, posteriormente uma série de medidas foram tomadas a partir da implementação do Plano Real, em 1994, a fim de assegurar a organização societárias das instituições bancárias atuantes no País (PUGA, 1999).

2.4 ESTUDOS RELACIONADOS

Existem distintos estudos que abordam a temática dos indicadores sociais e ambientais, conjuntamente à análise de indicadores de desempenho econômico-financeiro de empresas que estão listadas na carteira do ISE da B3 ou em outras carteiras que possuem a mesma abordagem. Destaca-se que tais investigações permeiam diferentes áreas do conhecimento e disciplinas científicas.

A pesquisa realizada por Macedo, Santos e Silva (2008), por exemplo, buscava conjugar, por meio da Análise Envoltória de Dados (DEA) índices econômicos e financeiros e práticas sustentáveis de instituições financeiras. De forme semelhante, Amaral Filho e Salotti (2010), relacionaram os indicadores de desempenho econômico-financeiro com os indicadores

sociais extraídos das demonstrações financeiras e balanços sociais, das empresas do setor elétrico. A comparação do desempenho entre vinte empresas públicas e vinte empresas privadas do setor, nos anos de 2007 e 2008, demonstrou que empresas públicas são menos eficientes economicamente, porém em importantes indicadores sociais a empresa privada tem resultados insatisfatórios.

Já o estudo descritivo e qualitativo desenvolvido por Santos e Silva Junior (2013) elucidou o volume e a evolução dos indicadores sociais internos e externos do Banco do Brasil (BB) e da Caixa Econômica Federal (CEF), considerando o período de 2002 a 2011. Os achados evidenciaram quanto da receita líquida foi absorvida por índices internos e externos. Destacaram ainda que a maioria dos índices internos concernia a encargos sociais compulsórios, participação nos lucros e alimentação, ao passo que no aspecto externo prevalecia a cultura e esporte na CEF, bem como o combate à fome e segurança alimentar no BB.

Não obstante, Hu e Scholtens (2014) analisaram as práticas de Responsabilidade Social Corporativa dos bancos em países em desenvolvimento. A pesquisa teve como amostra 402 bancos de 44 diferentes países e concluiu um resultado positivo nos indicadores de Ativo Total e Retorno sobre Ativos para as instituições que possuem políticas de Responsabilidade Social Empresarial.

Em contrapartida, Rufino et al. (2014) buscaram verificar a existência de relação entre sustentabilidade socioambiental e melhor performance econômico-financeira das empresas do subsetor intermediários financeiros, enquadradas no ISE, entre os anos de 2006 e 2011. Os achados apontam que não há existência de sinergia suficiente para se inferir que a sustentabilidade influi os indicadores econômico-financeiros das empresas estudadas. Sob essa mesma perspectiva, Silva, Santos e Alcoforado (2018) compararam os indicadores financeiros e socioambientais entre grupos de empresas do setor bancário listadas e não listadas no ISE, evidenciando algumas peculiaridades.

A pesquisa realizada por Zyadat (2017) procurou identificar a relação entre as três dimensões da sustentabilidade (econômica, ambiental e social) e os indicadores de Retorno sobre Ativo, Retorno sobre Patrimônio Líquido e Lucro por Ação das *Instituições Jordanian Islamic Bank* e *Islamic Arab Bank*. Os resultados demonstraram que existe uma relação estatisticamente significativa entre as ações de sustentabilidade e os indicadores de Retorno sobre o Ativo da primeira instituição bancária.

Concomitante, Almeida, Nascimento Junior e Costa (2017) investigaram as práticas socioambientais de instituições financeiras no ano de 2012. Para tanto, analisaram quatro empresas em consonância com o *Global Reporting Initiative* (GRI), além de uma análise de conteúdo de seus relatórios de sustentabilidade das instituições. Os achados sugerem que apesar das instituições seguirem o padrão GRI, não apresentam uniformidade dos indicadores constantes nos relatórios, dificultando possíveis comparações.

Por sua vez, o estudo desenvolvido por Guimarães, Rover e Ferreira (2017) usou os indicadores contábeis e financeiros de bancos comerciais e múltiplos, de controle público e privados, e comparou os índices entre as instituições que pertenciam à carteira do ISE da B3, bem como as não participantes. Por meio de testes estatísticos não-paramétricos, os resultados evidenciam que não existe diferença estatisticamente significativa entre os índices das empresas participantes e não participantes.

Conquanto, a investigação realizada por Maia et al. (2017) pretendia identificar a relação entre os movimentos de entrada ou saída de instituições de todos os segmentos da carteira do ISE e seus níveis de rentabilidade. Para isto, analisaram 12 empresas que foram incluídas ou excluídas da carteira entre 2010 e 2014 por meio do modelo de *Capital Asset*

Pricing Model. A conclusão do estudo apontou a impossibilidade de associar a entrada ou a saída da carteira do ISE com as variações do resultado das empresas selecionadas.

Consequente, Palamalai e Britto (2017) compararam os indicadores econômico-financeiros de Liquidez, Eficiência e Rentabilidade de 16 bancos comerciais consagrados na Índia, sendo 11 públicos e 5 privados. Os resultados demonstraram que os bancos privados estabelecidos, em geral, possuem melhores indicadores do que as instituições públicas. Sob esta mesma perspectiva, Jan et al. (2018) buscaram mensurar as políticas de sustentabilidade praticadas pelos bancos da Malásia, utilizando-se da estrutura de mensuração para práticas de sustentabilidade do *Global Reporting Initiative* (GRI), adequando-a para o setor bancário islâmico.

Em suma, o conjunto de estudos relacionados evidencia a relevância de se efetuar uma análise de performance de organizações que se preocupam com a responsabilidade social corporativa, a partir de uma visão sistêmica, integrativa e totalitária.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa realizada é classificada quanto à abordagem do problema, sua finalidade e procedimentos técnicos empregados (GIL, 1999). Acerca da abordagem, trata-se de um estudo quali-quantitativo ou misto, já que há uma análise aprofundada do objeto de estudo, não se limitando apenas a expor os indicadores da amostra. Segundo Raupp e Beuren (2013, p. 92), “um exemplo de pesquisa qualitativa em contabilidade é a análise dos reflexos da utilização dos demonstrativos contábeis”.

Quanto à finalidade, a investigação pode ser classificada como descritiva, pois, como elucidado por Gil (1999), este estudo tem por objetivo descrever fenômenos e estabelecer relações entre as variáveis, por meio da coleta de dados padronizados. Para Michel (2009), a metodologia descritiva busca a explicação e descrição de fatos e fenômenos reais com um nível aceitável de precisão.

No que tange aos procedimentos técnicos, a pesquisa é categorizada como documental, tendo em vista que a coleta de dados se baseia em demonstrações financeiras e relatórios de sustentabilidade, além de arquivos públicos. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 174) “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população de pesquisa refere-se a todas as instituições bancárias, privadas ou públicas que mantém atividade no Brasil. A amostra selecionada foi composta pelas quatro instituições bancárias que se mantiveram, no período de 2014 a 2018, listadas na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3. Foram escolhidas empresas desta carteira por representarem a vanguarda no Brasil no aspecto de Responsabilidade Social Corporativa, em um setor de reconhecida relevância econômica. Estas quatro instituições também integram a lista dos cinquenta maiores bancos do Brasil em 2018, publicada pela Revista Exame (GRECO, 2018). Os elementos da amostra foram subdivididos conforme sua natureza – pública ou privada – a fim de possibilitar a comparação entre as categorias, conforme demonstra o Quadro

5.

Quadro 5 – Amostra selecionada

Instituição	Privada	Estatal
Banco do Brasil		X
Bradesco	X	
Itau Unibanco	X	
Santander	X	

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

As análises econômico-financeiras das organizações foram realizadas com base nas demonstrações financeiras, principalmente Demonstração do Resultado Líquido, Balanço Patrimonial e Notas Explicativas de 2014 à 2018 disponibilizadas publicamente.

3.3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A coleta dos dados deu-se a partir das demonstrações financeiras das instituições selecionadas, disponíveis no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Foram utilizados os Balanços e Demonstrações de Resultado de 2014 a 2018 de cada uma das empresas analisadas. A partir destas informações, foram calculados os indicadores econômico-financeiros, cuja síntese é apresentada no Quadro 6.

Quadro 6 – Índices econômicos e financeiros utilizados

Sigla	Indicador	Fonte	Natureza da Análise
IF	Independência Financeira	Balanço Patrimonial	Capital e Risco
LV	<i>Leverage</i>	Balanço Patrimonial	Capital e Risco
RCD	Relação Capital/Depósitos	Balanço Patrimonial	Capital e Risco
EFV	Encaixe Financeiro Voluntário	Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício	Liquidez
IED	Índice Empréstimos / Depósitos	Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício	Liquidez
PnE	Participação nos Empréstimos	Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício	Liquidez
ROI	Retorno Sobre o Investimento	Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício	Rentabilidade
RSPL	Retorno Sobre o Patrimônio Líquido	Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício	Rentabilidade
ML	Margem Líquida	Demonstração do Resultado do Exercício	Rentabilidade

Fonte: elaborado pelos autores a partir de Matarazzo (2010), Iudícibus (2013) e Assaf Neto (2015).

Para a organização e operacionalização do cálculo destes índices, utilizou-se o software Microsoft Office Excel 2010. Consequente, procedeu-se com a análise estatística univariada mediante medidas de tendência central e variabilidade. Destaca-se, contudo, que as análises consideraram o aspecto temporal, grupo de índices e ainda a natureza das instituições – públicas ou privadas.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 INDICADORES DE CAPITAL E RISCO

A partir dos dados obtidos, procedeu-se o cálculo dos indicadores de capital e risco. Dentre esse conjunto de indicadores, tem-se o de independência financeira, que demonstra o quanto uma instituição consegue financiar seus ativos com o próprio capital (ASSAF NETO, 2015). Os achados apontaram que a este indicador, nas instituições privadas, mostrou-se constantemente acima da média do setor público, cuja variação ao longo do período é apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 – Média dos indicadores de independência financeira

Período	Média do Setor Público	Média do Setor Privado
2014	6,071%	9,398%
2015	6,042%	9,069%
2016	6,041%	9,273%
2017	7,030%	10,211%
2018	7,063%	9,848%
Média	6,449%	9,560%

Fonte: elaborado pelos autores (2019) a partir dos dados coletados.

Observa-se que o setor privado mostrou-se mais independente financeiramente do capital de terceiros, denotando que as instituições privadas são mais confiáveis para os depositantes. É possível notar que as oscilações nos índices ocorreram de maneira similar e proporcional, tanto nas empresas públicas quanto nas privadas, indicando que estas foram variações normais do mercado.

Neste sentido, Puga (1999) salienta que bancos brasileiros privados estão em uma posição menos vulnerável do que estavam nos primeiros anos após a implantação do Plano Real, haja vista que a confiança e a estabilidade econômica fomentou o investimento de terceiros. Além disso, o autor aponta também que o nível de inadimplência apresenta concentração superior nos bancos múltiplos e comerciais públicos federais.

Já o indicador de leverage exibe a capacidade da instituição de alavancar-se financeiramente com o capital de terceiros (ASSAF NETO, 2015). Por ser a razão oposta ao indicador de independência financeira, neste indicador a média do setor público se mostrou constantemente acima da média dos bancos privados, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 – Média dos indicadores de *leverage*

Período	Média do Setor Público	Média do Setor Privado
2014	1.647,267%	1.064,953%
2015	1.655,130%	1.110,245%
2016	1.655,220%	1.085,080%
2017	1.422,431%	988,962%
2018	1.415,789%	1.033,694%
Média	1.559,167%	1.056,587%

Fonte: elaborado pelos autores (2019) a partir dos dados coletados.

Um indicador de *leverage* alto pode demonstrar uma instituição com maior risco para o seu correntista, além de apontar para a existência de uma vantagem para o banco, caso o retorno

sobre o patrimônio líquido seja maior que o retorno sobre o ativo. A diferença entre o setor público e o privado diminuiu ao longo do período, mas ainda se mantém elevada.

No que se refere ao indicador da relação capital/depósitos, tem-se a relação entre o capital próprio da instituição, ou seja, seu patrimônio líquido, e os depósitos realizados pelos seus clientes. Assim, quanto maior for este indicador, menor o risco do depósito estar descoberto (ASSAF NETO, 2015). Na Tabela 3 pode-se visualizar como os indicadores se comportam na média do setor de bancos privados em comparação aos públicos.

Tabela 3 – Média dos indicadores de relação capital/depósitos

Período	Média do Setor Público	Média do Setor Privado
2014	19,561%	50,716%
2015	20,890%	54,141%
2016	21,480%	56,170%
2017	23,735%	52,836%
2018	22,636%	45,825%
Média	21,660%	51,938%

Fonte: elaborado pelos autores (2019) a partir dos dados coletados.

Os bancos privados evidenciaram, em média, maiores indicadores em comparação com o setor público em todo o período analisado, demonstrando menor nível de risco. É possível notar também que a maior diferença aconteceu em 2016, quando a média das instituições privadas foi 34,69% superior em relação à média do setor público. Nos últimos dois anos, a diferença têm diminuindo, chegando a 23,19% em 2018.

4.2 INDICADORES DE LIQUIDEZ

O indicador de encaixe financeiro voluntário de uma instituição financeira é expresso pela razão entre as disponibilidades imediatas desta com a conta de depósitos passivo. Portanto, demonstra a capacidade da instituição garantir a possível exigibilidade deste passivo com seus ativos de maior liquidez (ASSAF NETO, 2015). Na Tabela 4 é apresentada a média dos indicadores de encaixe financeiro voluntário da amostra.

Tabela 4 – Média dos indicadores de encaixe financeiro voluntário

Período	Média do Setor Público	Média do Setor Privado
2014	18,049%	34,158%
2015	27,345%	47,892%
2016	18,729%	36,179%
2017	19,263%	45,211%
2018	20,074%	55,794%
Média	20,692%	43,847%

Fonte: elaborado pelos autores (2019) a partir dos dados coletados.

No período da análise, as médias do setor público se mostraram inferiores às do setor privado, indicando que estes últimos têm maior capacidade de atender a exigibilidade dos depósitos de seus correntistas. É possível notar um aumento no índice de ambos os setores no ano de 2015, seguida de uma queda no ano seguinte. Após este período, o indicador do setor privado aumentou em 19,615% enquanto o setor público elevou-se em 1,345% – apontando uma melhoria menos acentuada para o setor.

O índice de empréstimos/depósitos indica o quanto de capital captado em depósitos pelas instituições que foi aplicado em empréstimos e outras operações de crédito (ASSAF NETO, 2015) Considerando o aumento do índice, pode-se inferir a maximização na dificuldade do banco para atender à um saque de seu correntista. O indicador pode determinar, assim, um comportamento de maior risco, caso a instituição não possua outras disponibilidades para atender as exigibilidades dos depósitos captados. Na Tabela 5 são apresentadas as médias dos índices de empréstimo/depósito da amostra.

Tabela 5 – Média dos índices de empréstimos/depósitos

Período	Média do Setor Público	Média do Setor Privado
2014	21,164%	29,302%
2015	20,766%	27,799%
2016	17,302%	25,057%
2017	17,849%	24,182%
2018	17,861%	23,583%
Média	18,988%	25,985%

Fonte: elaborado pelos autores (2019) a partir dos dados coletados.

O indicador se mostrou maior nas instituições privadas, denotando uma maior aplicação dos depósitos passivos do banco às suas operações de crédito. Além disso, ambos os setores mantiveram movimentos similares dos seus indicadores, com uma queda no período de 2014 a 2018. É possível relacionar também o índice de empréstimos/depósitos com o indicador de encaixe financeiro voluntário, haja vista que estes relacionam recursos para atender a passivos com exigibilidade alta.

Ao comparar indicadores econômicos e financeiros entre grupos de instituições bancárias listadas e não listadas no ISE, Silva, Santos e Alcoforado (2018) não verificaram a existência de evidências que apontassem que este indicador de liquidez fosse diferente entre ambos os grupos.

Por sua vez, a participação nos empréstimos indica a razão entre as operações de crédito das instituições bancárias e seu ativo total, ou seja, expressa a taxa percentual do ativo que está aplicada nas operações de crédito. Tal indicador demonstra o nível de liquidez dos bancos, de modo que, quanto maior o indicador menor o nível de liquidez e, conseqüentemente, menor o risco de insolvência (ASSAF NETO, 2015). A Tabela 6 mostra os indicadores de participação nos empréstimos da amostra analisada.

Tabela 6 – Média dos indicadores de participação nos empréstimos

Período	Média do Setor Público	Média do Setor Privado
2014	14,521%	18,143%
2015	13,450%	16,724%
2016	12,421%	15,716%
2017	13,146%	15,145%
2018	13,143%	14,679%
Média	13,336%	16,081%

Fonte: elaborado pelos autores (2019) a partir dos dados coletados.

No período averiguado, os indicadores de participação dos empréstimos diminuíram, tanto para o setor público quanto para o privado. Esta queda demonstra-se mais acentuada nas instituições privadas, embora, considerando o segmento econômico analisado, estas tenham

diminuídos no setor público em todos os anos. Mesmo com a aproximação das médias dos indicadores, o setor público apresentou piores indicadores em todo o período analisado.

Sob essa perspectiva, o estudo realizado por Macedo, Santos e Silva (2008), demonstrou que bancos de financiamento demonstram a variável inadimplência como problemática, o que, segundo os autores, pode ser justificado pelo seu próprio foco de atuação.

4.3 INDICADORES DE RESULTADO

O indicador de retorno sobre o investimento evidencia o êxito econômico que um banco alcançou com o capital neste aplicado, por acionista e por seus credores. Logo, este indicador informa a taxa de rentabilidade da empresa em relação ao seu ativo total (ASSAF NETO, 2015). A Tabela 7 apresenta a média da rentabilidade sobre o investimento da amostra.

Tabela 7 – Média dos indicadores de retorno sobre investimento

Período	Média do Setor Público	Média do Setor Privado
2014	0,871%	1,255%
2015	1,026%	1,580%
2016	0,572%	1,276%
2017	0,805%	1,442%
2018	0,907%	1,633%
Média	0,836%	1,437%

Fonte: elaborado pelos autores (2019) a partir dos dados coletados.

Estes indicadores de rentabilidade sobre os investimentos se mostraram maiores nas instituições bancárias do setor privado comparação com o setor público durante o período analisado. A oscilação dos indicadores aconteceu de maneira semelhante em ambos os setores, apresentando uma queda acentuada em 2016. No período de 2018 tanto o setor público quanto o privado apontaram, novamente, uma queda do indicador, sendo esta mais brusca para as organizações do setor privado. Pode-se destacar que o indicador mais desfavorável corresponde ao setor público, pois este apresenta um ativo total 29,0483% maior em média quando comparado ao setor privado.

O estudo realizado por Rufino et al. (2014), que comparava bancos listados na carteira do ISE, no período de 2006 a 2011 e aqueles não listados, apontou que apesar de não haver uma diferença significativa, aqueles empresas consideradas sustentáveis apresentaram uma maior estabilidade no seu índice de retorno sobre o investimento. Os autores destacam ainda o Bradesco como detentor da maior elevação ao longo do tempo.

Em contrapartida, a pesquisa desenvolvida por Guimarães, Rover e Ferreira (2017), igualmente considerando instituições que pertenciam à carteira do ISE da B3, bem como as não participantes, demonstraram não haver diferença estatisticamente significativa entre os índices das empresas, sejam estas participantes ou não.

Já os achados em pesquisa realizada por Hu e Scholtens (2014) apontam que empresas que possuem políticas de Responsabilidade Social Empresarial apresentam retorno sobre o investimento positivo, sem considerá-las quanto a sua natureza (pública ou privada). Em estudo similar, Zyadat (2017) aponta a existência de uma relação estatisticamente significativa entre as ações de sustentabilidade os indicadores de retorno em um instituição bancária pública da Jordânia.

Conquanto, o retorno sobre o patrimônio líquido demonstra por meio de razão entre o

lucro líquido e o patrimônio líquido, quanto uma entidade remunera seu próprio capital, ou seja, quanto do lucro representa, percentualmente, do patrimônio da instituição (ASSAF NETO, 2015). Na Tabela 8 estão evidenciadas as médias dos indicadores de retorno sobre o patrimônio líquido da amostra, no período estudado.

Tabela 8 – Média dos indicadores de retorno sobre patrimônio líquido

Período	Média do Setor Público	Média do Setor Privado
2014	14,349%	13,504%
2015	16,980%	17,216%
2016	9,473%	13,586%
2017	11,450%	14,099%
2018	12,847%	16,731%
Média	13,020%	15,027%

Fonte: elaborado pelos autores (2019) a partir dos dados coletados.

Os indicadores são considerados semelhantes, sugerindo similaridades entre o setor público e privado nesta métrica de análise. Em 2014, o setor público apresentava um indicador levemente superior em comparação ao setor privado. A partir de 2015 o setor apresentou melhores indicadores, sendo a maior diferença apresentada em 2016, sendo o indicador do setor privado 4,113% acima do setor público. As oscilações positivas podem ser explicadas principalmente pelo aumento de 25,665% da média do lucro no setor privado.

Conquanto, de forma específica, os resultados obtidos em pesquisa realizada por Rufino et al. (2014) apontaram que os indicadores de retorno sobre o investimento total do banco Banrisul, no ano de 2007, destacou-se em relação aos demais bancos analisados. Os autores justificam esta discrepância devido a maximização do lucro líquido, que correspondeu a 153,28% de 2006 para 2007, sobretudo devido ao valor do imposto de renda diferido.

Por sua vez, o indicador de margem líquida evidencia o percentual do lucro líquido de um período em relação à receita de intermediação financeira (receita da operação de um banco). Logo, demonstra quanto das receitas produziram o lucro da organização, podendo assim demonstrar o nível de eficiência operacional (ASSAF NETO, 2015). Na Tabela 9 as médias das margens líquidas estão dispostas.

Tabela 9 – Média dos indicadores de margem líquida

Período	Média do Setor Público	Média do Setor Privado
2014	8,280%	11,590%
2015	7,948%	13,198%
2016	4,805%	10,156%
2017	7,757%	13,070%
2018	9,560%	17,629%
Média	7,670%	13,129%

Fonte: elaborado pelos autores (2019) a partir dos dados coletados.

Observa-se que os indicadores de margem de líquida das instituições privadas, no período analisado, são melhores em relação ao setor público. As oscilações dos indicadores são similares, as margens em ascensão a partir de 2016, porém o setor privado apresentou seu crescimento mais acentuado. No ano de 2018, o setor público apresentou margem líquida de 7,67%, enquanto o setor privado apresentou 17,629%. O setor público demonstra uma média de receita 29,04% maior que o setor privado, mas seu lucro líquido foi 27,07% inferior do que

a média das instituições privadas, denotando uma maior eficiência econômica do setor privado em relação ao setor público.

Tais achados vão ao encontro do observado por Amaral Filho e Salotti (2010), demonstrando que empresas públicas, são economicamente menos eficientes. Todavia, Anuatti-Neto et al. (2005), ao compararem os indicadores econômico-financeiros de instituições bancárias antes e após o processo de privatização, evidenciaram que o único indicador que apresentou variação negativa e estatisticamente significativa foi a margem líquida. Além disso, os autores apontam que os resultados sugerem a maximização da lucratividade das empresas privatizadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado procurou comparar os indicadores econômicos e financeiros entre as instituições bancárias privadas com a públicas, que estão inseridas na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3. Logo, identificou-se a forma como tais indicadores se comportaram, evidenciando qual dos setores apresentou melhor performance. Para tanto, como fonte de dados, utilizaram-se as demonstrações financeiras das organizações, que, portanto, viabilizaram o cálculo dos indicadores.

Analisaram-se indicadores de capital e risco, liquidez e rentabilidade para a comparação entre os setores público e privado entre 2014 à 2018. Ao verificar os indicadores apresentados neste estudo, observa-se, de maneira geral, que os indicadores se comportaram de maneira similar no período estudado, tanto nas instituições privadas quanto públicas. Ambos os setores apresentaram indicadores satisfatórios de performance econômica e financeira, principalmente quando considerado o período da crise econômica. Entretanto, ao se comparar, os indicadores das instituições privadas e públicas, encontrou-se melhores performances no setor privado para todos os indicadores estudados. A comparação denota um desempenho econômico financeiro superior e dotado de maior eficiência econômica nas instituições bancárias vinculadas ao setor privado.

O presente trabalho contribuiu para a área do conhecimento de ciências contábeis por fornecer uma maior compreensão do comportamento dos índices de performance de instituições bancárias, mostrando o comportamento dos indicadores de um setor com irrefutável relevância para a economia nacional. Os achados obtidos tanto apontaram consonância quanto contrariam aqueles observados em outras investigações empíricas, maximizando o conjunto de estudos científicos sobre a temática. Deste modo, evidencia-se a inexistência de verdades e conclusões absolutas na ciência,

Todavia, reconhece-se como limitação do estudo realizado que por considerar somente as instituições bancárias integrantes do ISE, a amostra foi consideravelmente pequena. Além de ser composta por somente uma instituição do setor público. Para investigações futuras, recomenda-se a ampliação do período analisado, a fim de identificar tendências de oscilações nos indicadores. Também sugere-se ampliar a análise para outros setores econômicos com impacto socioambiental mais expressivo, agregando informações e conhecimento à área contábil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, H.; NASCIMENTO JUNIOR, E.; COSTA, A. Práticas de Sustentabilidade Corporativa no Brasil: Análise das Instituições Financeiras Integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, v. 14, n. 1, p. 84-99, 2017.

AMARAL-FILHO, A.; SALOTTI, B. Indicadores Econômicos e Sociais: Comparação Entre Empresas Estatais e Privadas do Setor Elétrico In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, São Paulo, 2010, **Anais [...]**São Paulo, 2010.

ANDRADE, L. P.; BRESSAN, A. A.; IGUIAPAZA, R. A.; MOREIRA, B. C. M. Determinantes de adesão ao Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA e sua relação com o valor da empresa. **Revista Brasileira de Finanças**, v. 11, n. 2, 2013.

ANUATTI-NETO, F. et al. Os efeitos da privatização sobre o desempenho econômico e financeiro das empresas privatizadas. **Revista Brasileira de Economia**, v. 59, n. 2, p.151-175, 2005.

ASSAF NETO, A. **Estrutura e Análise de Balanço**: um enfoque econômico e financeiro. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BREITENBACH, M.; ALVES, T. W.; DIEHL, C. A. Indicadores financeiros aplicados à gestão de instituições de ensino de educação básica. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 21, n. 3, p. 167-203, 2010.

CHAN, B.; CORRAR, L.; MARTINS, G. Avaliação da Privatização Brasileira Sob a Ótica do Desempenho Operacional e Financeiro In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, 27, Atibaia, 2003. **Anais[...]**Atibaia: ANPAD, 2003.

CHAN, B.; SILVA, F.; MARTINS, G. Destinação de riqueza aos acionistas e aos empregados: comparação entre empresas estatais e privadas. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. 4, p. 199-218, 2007.

CRISÓSTOMO, V. L.; FREIRE, F. DE S.; SOARES, P. M. Uma Análise comparativa da Responsabilidade Social Corporativa entre o Setor Bancário e outros no Brasil. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 23, n. 4, p. 103-128, 2013.

FEBRABAN. **Federação Brasileira de Banco**. Missão e Objetivos. Disponível em <<https://portal.febraban.org.br/paginas/88/pt-br/missao-objetivos-socioambiental>>. Acesso em 22 de Abril de 2019.

GARCIA, A. S.; ORSATO, R. J. Índices de Sustentabilidade Empresarial: Porque Participar? In: XXXVII Encontro da ANPAD, 2013, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2013.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GREGO, M. 50 Maiores Bancos do Brasil 2018. **Revista Exame**, São Paulo, p. 32-35, 2018.

GUERRA, S. B.; FERRAZ NETTO, J. O. Privatização e desenvolvimento econômico. **Revista Conjuntura Econômica**, v. 45, n. 6, p. 40-48, 1991.

GUIMARÃES, E. F.; ROVER, S.; FERREIRA, D. D. M. A participação no índice de sustentabilidade empresarial (ISE): Uma comparação do desempenho financeiro de bancos participantes e não participantes da carteira. In: Congresso de Gestão e Controladoria da Unochapecó, 2016, Chapecó. **Anais [...]**. Chapecó: [s. n.], 2016.

GUIMARÃES, R. G. **A presença dos cinco capitais no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)**. Programa de Pós-Graduação em Administração. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo. 99f. 2013.

HU, V.; SCHOLTENS, B. Corporate Social Responsibility Policies of Commercial Banks in Developing Countries. **Sustainable Development**, v. 22, n. 4, p. 276-288, 2014.

ISE. **Índice de Sustentabilidade Empresarial**. 2019. Disponível em: <
http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm>. Acesso em 01 jun. 2019.

IUDÍCIBUS, S. de. **Análise de Balanços**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

JAN, A et al. Sustainability Practices and Banks Financial Performance: A Conceptual Review from the Islamic Banking Industry in Malaysia. **International Journal of Economics and Finance**, Richmond Hill, Canada, 2018.

LINS, C.; WAJNBERG, D. **Sustentabilidade Corporativa no Setor Financeiro Brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Brasileira para Desenvolvimento Sustentável, 2007.

MACEDO, M. A.; SANTOS, R. M.; SILVA, F. F. Desempenho organizacional no setor bancário brasileiro: uma aplicação da análise envoltória de dados. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 7, n. 1, p. 11-44, 2008.

MAIA, V. M.; CARVALHO, F. P.; KLOTZLE, M. C.; PINTO, A. C. F.; MOTTA, L. F. J. Fazer Parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) Implica em Maior Rentabilidade? **Revista de Finanças Aplicadas**, v. 8, n. 1, p. 1-22, 2017.

MARCONDES, A.; BACARJI, C. **ISE: Sustentabilidade no Mercado de Capitais**. São Paulo: Report Editora, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATARAZZO, D. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7. ed. São Paulo:

Atlas, 2010.

MICHEL, M. H. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NEHME, M. C. **Interações entre elos de cadeias de valor: uma oportunidade de avaliação da sustentabilidade empresarial**. Programa de Pós-Graduação em Administração (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 266f, 2009.

PADOVEZE, C.; BENEDICTO, G. C. **Análise das Demonstrações Financeiras**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

PEREIRA, J. B.; PAULI, R. C. O setor bancário no Brasil: transformações recentes, rentabilidade e contribuições à atividade econômica. **Economia & Tecnologia**, v. 12, p. 121-134, 2008.

PUGA, F. P. Sistema financeiro brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial. **Texto para Discussão n.º. 68**. 1999. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/13510/2/Td-68%20Sistema%20financeiro%20brasileiro%20reestrutura%C3%A7%C3%A3o%20recente%2c%20comparacoes%20intern%20e%20vulnerabilidade%20a%20crise%20cambial.%20_P_BD.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2019.

RAUPP, F.; BEUREN, I. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, I. M. (Org.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

RUFINO, M. A. et al. sustentabilidade e performance dos indicadores de rentabilidade e lucratividade: um estudo comparativo entre os bancos integrantes e não integrantes do ISE da bmfbovespa. **Revista Ambiente Contábil**, v. 6, n. 1, p. 1-18, 2014.

PALAMALAI, S.; BRITTO, J. Analysis of Financial Performance of Selected Commercial Banks in India. **Theoretical Economics Letters**, v. 7, n. 7, p. 2134-2151, 2017.

SANTOS, A. P.; SILVA JÚNIOR, S. Balanço Social: Uma Análise Comparativa dos Indicadores Sociais Internos e Externos das Instituições Financeiras Caixa e Banco do Brasil 2002 a 2011. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, v. 2, n. 4, 2013.

SILVA, A. C. F.; SANTOS, G. C.; ALCOFORADO, E. A. G. Análise comparativa dos resultados dos indicadores financeiros e socioambientais das empresas do setor bancário participantes e não participantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). In: XVIII USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING, São Paulo, 2018. **Anais [...]**. São Paulo, 2018.

STEFANO, S.; NEVES, A.; BUENO, R. Responsabilidade social e cidadania na construção civil: um estudo comparativo. **Revista de Ciências Jurídicas**, v. 4, p.79-89, 2003.

TOLDO, M. **Responsabilidade social empresarial**. São Paulo: Petrópolis, 2002.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2011.

WERNECK, R. L. F. Aspectos macroeconômicos da privatização no Brasil. **Texto para Discussão n° 223**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 1989.

ZYADAT, A. A. H. The Impact of Sustainability on the Financial Performance of Jordanian Islamic Banks. **International Journal of Economics and Finance**, v. 9, n. 1, p. 55-63, 2017.